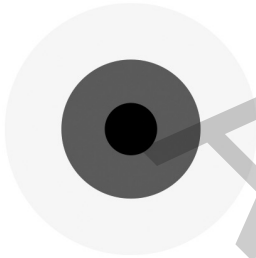
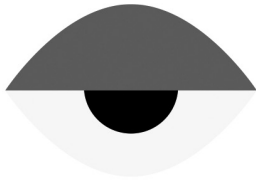


crítica do
ANTILIBERALISMO
BRASILEIRO

Amostra

Lucas Berlanza



crítica do
ANTILIBERALISMO
BRASILEIRO

Entre a cruz,
a espada e
o sigma



Crítica do Antiliberalismo Brasileiro

Copyright © 2026 Edições 70

Edições 70 é um selo da Editora Almedina do Grupo Editorial Alta Books (Starlin Alta Editora e Consultoria LTDA).

Copyright © 2026 Lucas Berlanza

ISBN: 978-65-5427-355-8

Impresso no Brasil – 1ª Edição, 2026 – Edição revisada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 2009.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B552c

Berlanza, Lucas

Crítica do antiliberalismo brasileiro: entre a cruz, a espada e o sigma / Lucas Berlanza. 1ª Ed. - Rio de Janeiro: Edições 70, 2026.

312 p.; 15,7 x 23 cm.

ISBN 978-65-5427-355-8

1. Antiliberalismo - Brasil. 2. Autoritarismo - Brasil. 3. Brasil - Política e governo. 4. Ciência política - Brasil. 5. Liberalismo - Brasil.
I. Título.

CDD 320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Ciência política - Brasil 320.981

Todos os direitos estão reservados e protegidos por Lei. Nenhuma parte deste livro, sem autorização prévia por escrito da editora, poderá ser reproduzida ou transmitida. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei nº 9.610/98 e com punição de acordo com o artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta obra fora formulado exclusivamente pelo(s) autor(es).

Marcas Registradas: Todos os termos mencionados e reconhecidos como Marca Registrada e/ou Comercial são de responsabilidade de seus proprietários. A editora informa não estar associada a nenhum produto e/ou fornecedor apresentado no livro.

Material de apoio e erratas: Se parte integrante da obra e/ou por real necessidade, no site da editora o leitor encontrará os materiais de apoio (download), errata e/ou quaisquer outros conteúdos aplicáveis à obra. Acesse o site www.altabooks.com.br e procure pelo título do livro desejado para ter acesso ao conteúdo.

Suporte Técnico: A obra é comercializada na forma em que está, sem direito a suporte técnico ou orientação pessoal/exclusiva ao leitor.

A editora não se responsabiliza pela manutenção, atualização e idioma dos sites, programas, materiais complementares ou similares referidos pelos autores nesta obra.

Produção Editorial: Grupo Editorial Alta Books

Diretor Editorial: Anderson Vieira

Editor da Obra: Rodrigo Mentz

Vendas Governamentais: Cristiane Mutús

Produtora Editorial: Rita Motta



Rua Viúva Cláudio, 291 – Bairro Industrial do Jacaré

CEP: 20.970-031 – Rio de Janeiro (RJ)

Tels.: (21) 3278-8069 / 3278-8419

www.altabooks.com.br – altabooks@altabooks.com.br

Ouidoria: ouvidoria@altabooks.com.br

Editora
afiliada à:



abdr
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
DIREITOS REPROGRÁFICOS

ASSOCIADO



SUMÁRIO

PREFÁCIO	1
INTRODUÇÃO: O ANTILIBERALISMO NA CULTURA BRASILEIRA	5
1. TRADICIONALISMO	21
2. POSITIVISMO	67
3. MILITARISMO POLÍTICO: JACOBINISMO, FLORIANISMO E TENENTISMO	89
4. CASTILHISMO	137
5. PATRIANOVISMO E INTEGRALISMO	155
6. VARGAS: O ÁPICE DO ANTILIBERALISMO BRASILEIRO	207
7. O ANTILIBERALISMO PÓS-VARGAS E O REGIME MILITAR	257
8. O ANTILIBERALISMO NA NOVA REPÚBLICA E AS PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS	285

Amostra

PREFÁCIO

O cerne da retórica liberal no contexto brasileiro sempre se pautou pela promoção de estruturas institucionais modernas capazes de superar nossas limitações patrimonialistas. Em contrapartida, o antiliberalismo representa uma das mais significativas barreiras para a concretização desse objetivo, sustentando um contraponto persistente ao ideário liberal. A partir dessa clássica disputa, Lucas Berlanza pretende identificar a substância do discurso antiliberal no Brasil, uma narrativa que transcende as fronteiras de um único espectro político e que reflete uma questão amplamente discutida no pensamento social brasileiro: o desafio da nossa modernização.

Com uma análise sensível, o autor desvenda as intrincadas relações entre as ideias antiliberais e os eventos históricos, destacando como essas correntes de pensamento se entrelaçaram com os desafios enfrentados pela nação. Nesse sentido, Lucas apresenta uma pesquisa com muito conhecimento sobre a história do Brasil e um repertório consistente sobre os célebres intérpretes que escreveram sobre a nossa “modernização inacabada”, como Raymundo Faoro, Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta.

Neste trabalho, conseguimos entender como o antiliberalismo interage com outras tensões conceituais, como a dificuldade de estabelecer uma fronteira nítida entre o público e o privado e a coexistência quase esquizofrênica entre o princípio da impessoalidade, estabelecido formalmente, e a estrutura particularista do poder que se mantém de forma secular. Com efeito, as disputas entre os discursos liberais e antiliberais

não estão restritas a competições abstratas, mas influenciam a tomada de decisão em diversos setores da sociedade e moldam as lutas e negociações que determinam o curso político do país.

Em meio a tantos anacronismos cometidos por conhecidas vozes do debate público, Lucas nos presenteia com um texto cheio de sutilezas que consegue colocar “cada coisa em seu devido lugar”. O trabalho é muito feliz ao trazer os dilemas clássicos sobre o Brasil por meio de uma reflexão sobre as manifestações antiliberais em nossa história. A dificuldade de tal empreendimento reside no fato de que o antiliberalismo se manifesta a partir de diferentes padrões ideológicos que muitas vezes se apresentam de maneira contraditória e fragmentada.

Sem subestimar os tradicionais antagonistas à esquerda dos liberais, Berlanza foi extremamente ousado ao buscar caracterizar os discursos antiliberais que não se identificam formalmente com a esquerda, como, por exemplo, o discurso dos tradicionalistas antiliberais de fundo religioso; as tendências teocráticas, geralmente anacrônicas; o problema do coronelismo e do persistente autoritarismo oligárquico; a rigidez positivista e o oportunismo militarista; o vício protecionista dos nacionalistas radicais; e as tendências revolucionárias não necessariamente de esquerda.

Sua posição é firme e precisa, tão precisa que, em nenhum momento, Lucas pode ser acusado de cair no discurso fácil de que “os autoritarismos são sempre iguais”. O texto não é benevolente com o antiliberalismo de esquerda nem mesmo pretende ser um texto doutrinário moralista, mas se propõe a “mexer em um vespeiro” ao reconhecer os adversários antiliberais menos evidentes.

A moral liberal geralmente apresenta um idealismo pluralista que busca acomodar as diferenças ao mesmo tempo que organiza uma ordem sem pretensões hegemônicas. Entretanto, os liberais, com seu DNA favorável à liberdade de expressão e à divergência, não podem cair no erro de serem lenientes com discursos simplistas e despreparados.

Encontramos hoje, no debate público dos círculos da Nova Direita, falsos preocupados com a civilização ocidental que, paradoxalmente, atacam um dos maiores produtos desse modelo de civilização: a estrutura individualista de instituições jurídicas em que o poder do todo precisa estar limitado para não sobrepor o direito das partes. Essa reivindicação

a favor da “tradição ocidental” tenta fazer do liberalismo um bode expiatório, expurgando tal tradição política dos próprios desdobramentos da história ocidental. Entretanto, ao contrário do que essas narrativas tentam afirmar, o liberalismo advogou a favor de um arranjo institucional complexo que buscou evitar o democratismo através da representação e que tentou conciliar a ordem com a autodeterminação individual.

A honestidade intelectual habitual do autor também constrói um relato inteligente que parte do pressuposto de que as ideias políticas existem, mas encontram limites condicionantes para sua concretização. Essa sensibilidade é essencial para que o antiliberalismo, como objeto de análise, encontre um lugar empiricamente reconhecível, evitando, assim, descolamentos da realidade brasileira e abstrações.

Apesar de este livro ter como recorte o contexto nacional, na verdade o conflito entre o liberalismo e o antiliberalismo é a principal luta ideológica desde o começo do mundo moderno e chegou ao seu extremo no decorrer do desenvolvimento da vida contemporânea. Quase como um efeito colateral, o trabalho também entrega um relato cheio de detalhes e senso histórico sobre o próprio discurso liberal. Tal consciência imprescindível sobre os fundamentos do liberalismo talvez seja um dos mais eficazes recursos para que não abramos mão dos requisitos condicionantes dessa tradição de pensamento. Os liberais no Brasil precisam sempre preservar o objetivo de reformas institucionais capazes de desaristocratizar o país. Contudo, sem conhecimento histórico e literário, estaremos sempre começando o edifício sem nunca encontrar as condições para sua fundação.

Marize Schons

Doutora em Sociologia, mestre em Antropologia
Social e graduada em Ciências Sociais.

Amostra

INTRODUÇÃO:

O ANTILIBERALISMO NA CULTURA BRASILEIRA

Era uma vez um infante impulsivo, irritadiço, quase indomável. O mais arguto pedagogo seria capaz de perceber, por detrás de seu vigor incontido, uma limitada propensão à retidão, mas seu ímpeto barulhento termina por se impor. Ao lado daquele titubeante rebento havia constantemente um tutor, severo, disciplinado e persistente. O tutor entendia com perfeição a dificuldade de colocá-lo nas rédeas, de fazê-lo entender que toda a sua energia poderia ser muito mais admiravelmente aproveitada se conseguisse canalizá-la de forma ordeira e produtiva. A persistência do tutor em seu trabalho só se iguala à persistência com que o infante a ele resiste — mas o tutor não abandona a empreitada, primeiro pelo seu enorme apreço pelo pequeno endiabrado; segundo, por perceber que existe nele o gérmen das grandes conquistas que poderia alcançar caso dispusesse suas forças para esse fim.

O infante indisciplinado e o tutor perseverante estão em uma infundável e difícil conversa há séculos, procurando um equilíbrio saudável entre o que de melhor têm a oferecer. Em determinados momentos, o tutor consegue, dependendo bastante esforço, harmonizar-se com o rebento, até que este último exiba mais um de seus rompantes, em um delicado e difícil ciclo que se perpetua ao longo de gerações.

Essa alegoria representa a coexistência de duas longevas tradições que permeiam a sociedade e a cultura política no Brasil, em uma relação profundamente complexa e que exhibe as contradições entre os projetos

desenvolvidos por nossos maiores estadistas e atores sociais desde as turbulências que antecederam nossa independência. Há sempre grandes riscos em pretender englobar as inúmeras variáveis e os mais diversos tópicos envolvidos nos contrastes e enfrentamentos políticos de uma nação que, somando os séculos de unidade com a metrópole Portugal aos de sua existência como comunidade política autônoma, apresenta tantas complexidades. O reducionismo é sempre uma acusação fácil de se fazer nesses casos. Permitimo-nos, entretanto, esse atalho para desenvolver o raciocínio adequado aos fins aqui pretendidos.

O tutor esforçado e severo representa a tradição liberal. Para muitos dos defensores contemporâneos do liberalismo, ele jamais esteve sequer perto do Brasil. Muitos o consideram completamente alienígena à brasilidade. Em certa medida, essas foram as palavras de Roberto Campos (1917–2001), célebre liberal mato-grossense, conquanto com elas ele se referisse mais enfaticamente ao esplendor máximo de um liberalismo econômico, de um capitalismo verdadeiramente liberal. Em verdade, se por liberalismo entendermos uma série de desdobramentos institucionais e teóricos de um conjunto de ideias consolidadas no século XVIII, com o intento básico de fortalecer a dimensão do indivíduo e suas prerrogativas perante o arbítrio, em geral, do Estado e dos governantes — aqueles que Thomas Hobbes (1588–1679) chamava de “soberanos”; se entendermos esse liberalismo como um fenômeno histórico concretizado, através de suas diversas escolas e linguagens, na tentativa de disciplinar as relações entre esse Estado e esses indivíduos por uma lei impessoal a imperar entre os cidadãos e por regras constitucionais que privem as autoridades do privilégio de atuarem sobre os indivíduos a seu bel-prazer, é acertado afirmar que existe uma tradição liberal, ao menos como discurso manifestado entre defensores e estadistas, muito antiga no país. De fato, como dita Euclides da Cunha (1866–1909), o liberalismo pode ser considerado como a ideologia fundante do Brasil como nação independente.

Recuando no tempo além da própria independência, o icônico liberal Hipólito José da Costa (1774–1823), patrono da imprensa brasileira, procurou, conforme relata o professor Antonio Paim (1927–2021), conectar a epopeia do povo português, por razões óbvias atreladas aos destinos brasileiros, a um passado que apresentava sinais do “liberalismo telúrico”, em protótipo, encontrado nas raízes da civilização lusitana. Não obstante

o aristocratismo que vicejava entre os pioneiros do liberalismo, que não cogitavam de uma democracia de massas, todos entendiam a importância de instituições sólidas para resguardar o indivíduo, calcadas em um sistema representativo, ainda que restritivo.

Na concepção de Hipólito, a monarquia portuguesa, de certo modo, tinha uma legitimidade que remontava ao fundador da nacionalidade, Afonso Henriques (1106, 1109 ou 1111–1185), escolhido pelas Cortes de Lamego. O editor do *Correio Braziliense*, procurando identificar matrizes longevas às aspirações do liberalismo português, aponta até uma superioridade da Coroa lusa em relação à legitimidade da monarquia britânica. Esta última, no decorrer de sua evolução, superou a portuguesa “ao deixar de ser ‘monarquia hereditária absoluta’, como em Portugal, para tornar-se mista, ‘porque o poder Legislativo reside no Parlamento, compreendendo-se por tal o Rei, a Casa dos Lordes e os Comuns’”¹. Tal como os futuros integrantes do grupo dos “liberais moderados”, vitoriosos nas convulsões do Período Regencial, que edificaram as instituições nacionais do Império brasileiro, Hipólito já desejava evitar a desordem das revoluções e a balbúrdia do democratismo rousseauiano, estabelecendo seu endosso à tradição de um liberalismo classicamente entrelaçado com o assentamento de uma institucionalidade capaz de se perenizar.

Conforme ainda Paim, os estadistas que organizaram as instituições brasileiras receberam principalmente os efeitos de duas grandes influências: o liberalismo doutrinário francês e a filosofia eclética, duas fontes permeadas pela ideia da “mistura” e da “mediação”.

Os doutrinários franceses tinham como relevante precursor Benjamin Constant de Rebecque (1767–1830), influente sobre a Constituição de 1824 e o pensamento de nosso primeiro imperador. Liderados por personalidades como François Guizot (1787–1874) e Royer-Collard (1763–1845), eram precisamente liberais preocupados com a ordem, ansiosos por pacificar institucionalmente a sociedade posterior à Revolução Francesa, em suas incessantes crises e rupturas, sem submergirem no anseio reacionário por um retorno ao Antigo Regime.

¹ PAIM, Antonio. *Personagens da Política Brasileira*. São Paulo: Scriptum Editorial, 2019, p. 21.

A inspiração “doutrinária” é, portanto, recordando nossa analogia inicial, a do experiente tutor procurando inculcar disciplina ao tutorado.

Como resume Paim, os doutrinários exatamente “deram uma contribuição fundamental no sentido de preservar o espírito da ideia liberal, no século anterior virtualmente circunscrita à Inglaterra, distinguindo-o nitidamente do democratismo difundido pela Revolução Francesa, sem voltar as costas ao sistema representativo”², concentrando a soberania dessa representação — tal como desenvolveria no Brasil e em Portugal o teórico Silvestre Pinheiro Ferreira (1769–1846) — nos interesses e correntes de opinião, e não no “povo” como uma ampla e desordenada abstração. Representação, mas calcada em instituições e ordem — nada de anarquia e confusão.

O fundador da Escola Eclética era um doutrinário, o próprio Royer-Collard. Diria Paim que a principal corrente de filosofia estruturada no país após a independência sustentava que as teses prevaletentes em determinados ciclos históricos acumulam qualidades e imperfeições; esse espírito de qualificação das inspirações teóricas através do relacionamento aglutinador entre elas promoveu impacto decisivo em nossa elite monárquica e formadora. Com base nele, o Visconde do Uruguai (1807–1866) pontuou, em seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, que “para copiar as instituições de um país e aplicá-las a outro, no todo ou em parte, é preciso primeiro conhecer o seu todo e o seu jogo perfeita e completamente”³, havendo “muito que estudar e aproveitar” naquilo que construíram e teorizaram outros povos, “por meio de um ecletismo esclarecido”, sem, contudo, copiá-los “servilmente”⁴, sem a acomodação aos imperativos da realidade específica para que se quer transplantá-las.

À revelia de seus níveis de sucesso ou insucesso, muitas das principais lideranças do Império tinham por pretensão esse evidente casamento entre as contribuições teóricas estrangeiras mais estimulantes e os limites condicionantes da tessitura social do Brasil. Personificam-se na

² PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: LVM Editora, 2018, p. 81.

³ URUGUAI apud PAIM, Antonio. *História do Liberalismo Brasileiro*. São Paulo: LVM Editora, 2018, p. 118.

⁴ Idem.

figura do tutor que procura compreender as potencialidades e os limites do infante, trabalhando-lhe a personalidade, tentando ensinar-lhe a lição sem recusar-lhe a identidade.

Em nossos trabalhos, temos procurado dar nova publicidade às orientações desse sábio e pretense tutor, desfraldando a bandeira do liberalismo, particularmente na vertente do pensamento liberal conservador — definida por Merquior (1941–1991) como a vertente liberal mais cética em relação à política igualitária ou ao culto da democracia de massas, em definição que se pode atualizar, muito resumidamente, para o casamento entre a preocupação com a liberdade e a preocupação com a ordem, as instituições e a prudência —, que animou muitos de nossos históricos antecessores. Temos procurado demonstrar a presença dessa tradição em nossa história e na cultura política brasileira como um fenômeno antigo e significativo, a que vale a pena recorrer nos esforços por revitalizar e fortalecer no país o impacto dessa agenda. Pregamos sempre a importância de encontrar, no seio da própria alma brasileira, de nossos forjadores e lideranças públicas, adorno e substância para envolver nosso discurso liberal. As mais sólidas tradições se constroem e se articulam nacionalmente, dialogando com a cultura da comunidade política em que se inserem.

Quando do esgotamento do ciclo de governos do Partido dos Trabalhadores, culminando no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff (n. 1947), abriu-se no Brasil uma nova janela para que uma geração contemporânea fosse apresentada às teses liberais e liberal-conservadoras. Ao fenômeno de constituição, através das redes sociais, de grupos de estudo, institutos de divulgação de ideias e organizações estudantis, de um público alicerçado em uma bibliografia própria, haurida de fontes que vão desde a Escola Austríaca de Economia até o conservadorismo britânico, alcunhamos de “Nova Direita”. O conjunto que caracteriza essas fontes é peculiar ao tempo e não se havia verificado, não exatamente dessa forma, com tal alcance, em outros momentos da história brasileira em que o pensamento liberal-conservador logrou êxito em obter certa dose de protagonismo. A Escola Austríaca, por exemplo, jamais teve, sequer no seio da União Democrática Nacional de Carlos Lacerda (1914–1977), qualquer presença significativa, a despeito de ser conhecida por

um célebre defensor do liberalismo econômico desde a era da ditadura de Getúlio Vargas (1882–1954), o professor Eugênio Gudin (1886–1986).

Esse fenômeno da “Nova Direita” fez nascer ativistas, militantes, escritores, comunicadores e parlamentares; ensejou o conagraçamento de muitas pessoas, de diferentes partes do país, dispostas a aceitar a opção por uma plataforma de ideias e programas alternativa ao debate e à vida pública no país. Contudo, se o velho tutor ganhou um fôlego jovial, ele continua tendo o rebento impertinente com quem lidar. No seio dessa “Nova Direita”, dentro da sequência de desenvolvimentos e elaborações que levariam, na política prática, à eleição de diversos políticos em 2018, entre eles o presidente da República Jair Messias Bolsonaro (n. 1955), surgiram pensamentos e atitudes psicossociais que contradizem os pilares teóricos do pensamento liberal-conservador. Não tardaram a ganhar relevo, muito acima do desejado, práticas de culto a personalidades, discursos favoráveis à solução de todos os problemas do país com base na restauração de regimes autoritários ou na ordem obtida através da concentração de poderes — quer nas mãos dos militares, o que foi aparentemente mais marcante, quer nas mãos de uma religião oficial de Estado.

O infante rebelde sempre encontra maneiras de construir armadilhas para o seu sofrido tutor. Representa, apesar de sua figura infantil, uma tradição ainda mais antiga, que se conecta diretamente à formação de nossa cultura: a do antiliberalismo brasileiro. São muitos os nomes de que se reveste. Antiliberais, por óbvio, são também as esquerdas, em suas ramificações constituídas a partir das transformações do socialismo científico de Karl Marx (1818–1883) e Friedrich Engels (1820–1895), encaminhando-se para uma tendência mais ortodoxa ou para outros vieses, como aquele que se verifica no pensamento do marxista italiano Antonio Gramsci (1891–1937). Para significativa parcela do pensamento liberal-conservador brasileiro e do que ficou conhecido como “Nova Direita”, as esquerdas sempre foram o inimigo mais óbvio e facilmente caracterizável. Especialmente quando os mais diversos grupos e indivíduos estavam unidos no enfrentamento ao governo de Dilma Rousseff, investindo na polarização política necessária para derrubá-lo, derrotar as esquerdas era tudo o que importava. Não nos atreveremos jamais a subestimá-las e, sem prazo para que isso deixe de ser verdade, continuam sendo e continuarão a ser nossas antagonistas fundamentais.

Contudo, aqui não nos ocuparemos delas. O antiliberalismo brasileiro é muito mais profundo e diversificado do que as esquerdas clássicas. Não se limita a elas. Na verdade, elas são um parasita invasor que se permite desenvolver porque encontra um terreno facilitado pelas doutrinas, atitudes e movimentos de que nos ocuparemos neste livro. Em mais de uma ocasião histórica — e a “Nova Direita” não é diferente — seus filhos se irmanam com os liberais conservadores, participam dos mesmos propósitos imediatos, para depois, como pestes daninhas no seio da virtude, desviar os mais promissores movimentos de seu curso, recusar à árvore liberal o vigor de suas raízes e desnaturar seus programas em prol da lealdade pessoal a lideranças carismáticas ou de apelos vagos por ordem com intenções autoritárias ou patrimonialistas mal disfarçadas.

Os desafios antiliberais da brasilidade encontram diversas explicações sociológicas e culturais. Podemos, resumidamente, elencar algumas delas à luz da interpretação de analistas e ensaístas sociais que se dedicaram a compreender a formação de nosso país.

Em sua obra magna e inescapável *Casa-Grande & Senzala*, o pernambucano Gilberto Freyre (1900–1987), sem ceder a nenhum ditame absoluto estabelecido por um único critério sobre o desenvolvimento social, como faziam seus contemporâneos ao explicar a desigualdade entre indivíduos e sociedades por razões meramente genéticas ou, como fariam os marxistas, pelos modos de produção, consente em que a “técnica da produção econômica” exerce grande influência sobre a “produção econômica das sociedades” e a “caracterização de sua fisionomia moral”⁵.

Sob esse aspecto, sua tese geral é a de que as relações entre os principais grupos formadores do Brasil — os portugueses, já eles, em sua terra natal, como Freyre bem ilustra, de uma postura diferenciada e menos afeita ao puro “ódio racial/étnico”, porque formados no contato constante entre grupos diferentes, dos cristãos-novos aos mouros; os indígenas, que ele desvela em sua simplicidade de organização social, mas diagnostica em sua influência sobre o imaginário infantil e a cultura popular do país; e, por fim, os negros, profundamente integrados ao sistema social, provenientes de sociedades consideradas mais complexas em sua organização

⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Círculo do Livro, 1990, p. 11.

que os índios, mais rapidamente adaptados ao estilo de trabalho imposto pelo colonizador — se enraizaram pela “monocultura latifundiária” e pela “escassez de mulheres brancas”⁶.

O primeiro fator provocou uma organização social patriarcal, em que até mulheres e filhos estavam bastante submetidos ao arbítrio do senhor de engenho. Freyre sustenta que “a formação patriarcal do Brasil explica-se, tanto nas suas virtudes como nos seus defeitos, menos em termos de ‘raça’ e de ‘religião’ do que em termos econômicos, de experiência de cultura e de organização da família, que foi aqui a unidade colonizadora”⁷. A família, organizando sua estrutura de autoridade no sistema de latifúndio em um complexo social que mesclava catolicismo popular, compadrismo e patriarcalismo polígamo, foi a base da formação social predominante na edificação da cultura brasileira, em seus defeitos e virtudes. “Nas casas-grandes”, ele diz, “foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social”, sendo onde “melhor se sente o caráter” do povo, ao permitir observar sua vida doméstica, “íntima”⁸. É exatamente isso que realiza a obra magna de Gilberto Freyre: estudar a identidade nacional na formação de sua tessitura básica, nas relações sociais mais profundas, menos que nos grandes fatos políticos e personalidades icônicas. É um caminho complementar essencial também para entendermos nosso país e nos qualificarmos para agir sobre ele. Dos hábitos diários, das brincadeiras de criança até os aspectos mais densos da psicologia social, as raízes para tudo estão aí, ao menos esboçadas.

Nessa estrutura, entretanto, é possível, através de Freyre, diagnosticar a emergência de uma sociedade profundamente decantada e hostil ao desenvolvimento produtivo do *self-government*, na intensidade e nas condições vivenciadas nas comunidades formadoras, por exemplo, dos Estados Unidos. Desde o princípio, havia grandes porções de terra controladas por autoridades próximas ao inquestionável, em uma estrutura marcada por grande submissão e abismo hierárquico, apesar de tudo servir de palco a uma intensa e incomparável miscigenação.

⁶ Idem, p. 12.

⁷ Idem, p. 14.

⁸ Idem, p. 26.

Por outro lado, na obra clássica de Raymundo Faoro (1925–2003), *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*, tem-se a proposta de identificar nossa herança patrimonialista, materializada através de uma tônica constante em nossa formação e desenvolvimento, naquilo que o autor chama de “capitalismo politicamente orientado” — conceito mais genérico para o que modernamente se chamaria “capitalismo de Estado”. Essa vinculação das práticas comerciais e das atividades econômicas a um estrato burocrático, encastelado diretamente no corpo do Estado, é algo que já foi muito bem resumido por autores como Ricardo Vélez-Rodríguez (n. 1943), que estudou a obra de Faoro, bem como a tradição weberiana a que ele se vincula, da qual é tributário justamente pela noção de “patrimonialismo”.

Tanto Faoro quanto Vélez endossarão a tese do liberal português Alexandre Herculano (1810–1877) de que houve ausência de feudalismo em Portugal. Essa tese tem, de pronto, uma consequência positiva, que ressalta entre as contribuições de Faoro: a contestação do determinismo econômico do materialismo histórico marxista, que deixa de fazer sentido se as formas econômicas sequenciadas (do feudalismo teria de vir o capitalismo, para, por fim, despontar o socialismo) não se verificam como leis de progresso inescapáveis em toda parte.

Contudo, a ausência do feudalismo faz com que “a nobreza e a burguesia” jamais tenham poder suficiente para se contrapor ao poder inquestionável do monarca. Assim, os nobres, mais do que de uma tradição que independesse da Coroa, dela recebiam o prestígio, sendo praticamente funcionários do príncipe⁹. Em consequência, no Brasil, institucionalmente erguido pela lavra portuguesa, ter-se-ia consolidado “um Estado mais forte do que a sociedade, em que o poder centrípeto do rei, no período colonial, e do imperador, ao longo do século XIX, ou do Executivo, no período republicano, criou forte aparelho burocrático alicerçado no sentimento de fidelidade pessoal”¹⁰.

Nesse sentido, Faoro vai, sem negá-lo e até exibindo muito respeito por suas elaborações, contrabalançar um pouco as ponderações de

⁹ RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. *Patrimonialismo e a realidade latino-americana*. Rio de Janeiro: Documenta Histórica Editora, 2006, p. 42.

¹⁰ Idem, p. 77.

Gilberto Freyre, no sentido de que procura demonstrar um grau um pouco maior de subordinação do patriarcalismo senhorial da colônia ao poder central da metrópole lusa, bem como apontar um incremento desse poder quando da instauração dos Governos-Gerais por substituição ao antigo modelo administrativo das capitanias e sesmarias. Ressaltará também uma importante associação de dependência dos senhores de terras, ao longo do Império, com credores da capital — portanto, do centro de poder, do centro burocrático-comercial —, fundamentais para sustentar o regime laboral escravo, como uma das provas de que sequer aqui houve efetivos traços de feudalismo.

Sustentará, porém, em resumo, que, ainda que se tenha temporariamente diluído para as oligarquias estaduais durante a República Velha, apoiando-se mutuamente no centro (a presidência da República), para depois voltar a se concentrar amplamente com a Revolução de 30, esse sistema de absorção da parcela nuclear da vida econômica pelo que chama de “estamento” centralizado é uma constante na vida brasileira. Explicará o populismo de Getúlio Vargas, provavelmente com justiça considerado o ícone mais popular e emblemático do antiliberalismo brasileiro, em parte como uma transposição para a crescente política urbana do espírito popular rural, decorrente desse sistema, de procurar o “coronel”, o líder pessoal algo “messiânico”, mais que a impessoalidade das instituições. Esse traço cultural, como pretenderemos ilustrar mais adiante, é particularmente notável no Rio Grande do Sul, onde ajudou a forjar o castilhismo, berço do varguismo.

Sua conclusão:

“O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebeia do elitismo moderno. (...) O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. (...) E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? (...) A lei, retórica e elegante,

não lhe interessa. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que ele não formulou”¹¹.

Em linha similar, encaminhar-se-ão autores como Sérgio Buarque de Holanda (1902–1982) e Roberto DaMatta (n. 1936). Em seu pequeno grande livro *Raízes do Brasil*, o primeiro ressaltará a longa elaboração do Brasil no meio rural, por séculos e séculos de existência desde o aporte das naus de Pedro Álvares Cabral (1467 ou 1468–1520), fonte de um “espírito de facção”¹² na política e na vida pública, inspirado pela autoridade incontestada do proprietário de terras e, privando-se o senhor da lavra braçal, também pelo apreço reinante por “qualidades de imaginação e ‘inteligência’”, por oposição às “manifestações do espírito prático ou positivo”¹³. Holanda também identificou na sociedade brasileira um espírito “familiar” e “relacional”, materializando-se no patrimonialismo enraizado, que tornou não solucionado no país o dilema de não se separarem, por aqui, o interesse privado e familiar do interesse público, a ser marcado pela impessoalidade que deveria ser a tônica na máquina do Estado.

Acerca desse espírito, DaMatta daria pormenorizada explicação. Ele enxerga em nossa cultura uma articulação sintética de elementos clânicos, aristocráticos, “familiares”, “tribais” e elementos modernos, em complexa combinação. Trata-se, de certo modo, mais uma vez recorrendo à nossa analogia, do apontamento para a relação difícil entre o tutor e o infante. Se, por um lado, essa diversidade pode ensejar a dificuldade reinante entre os brasileiros para a imposição absoluta de totalitarismos e ideias-força supremas, algo de que mais perto chegamos sob a tirania varguista, mas jamais alcançamos completamente (o que é motivo para celebrar), por outro lado ela nos imantaria a uma cultura extremamente “relacional”, em que se buscam sempre o meio e a negociação de tudo, gerando, “no mundo econômico”, uma “economia altamente estatizada”, mas com uma iniciativa privada “ainda importante”, e, na religião, por exemplo, um

¹¹ FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: Vol. 2*. São Paulo: Globo; Publifolha, 2000, p. 379.

¹² HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2014, p. 94.

¹³ Idem, p. 97.

grande incentivo aos sincretismos e heterodoxias. “Moderna e tradicional”, a sociedade brasileira teria combinado “o indivíduo e a pessoa, a família e a classe social, a religião e as formas econômicas mais modernas”, originando “espaços internos muito bem divididos e que, por isso mesmo, não permitem qualquer código hegemônico ou dominante”¹⁴.

Essa cultura “relacional” se traduziria negativamente no “jeitinho brasileiro”, bem como no abuso de autoridade. Nela, DaMatta rastreará a origem do “você sabe com quem está falando?” e do apelo a características comuns (torcer pelo mesmo time, partilhar amizades) para burlar regras e determinações. “O dilema brasileiro”, ele diz, está “numa trágica oscilação entre um esqueleto nacional feito de leis universais cujo sujeito era o indivíduo e situações onde cada qual se salvava e se despachava como podia, utilizando para isso o seu sistema de relações pessoais”, opondo-se “o indivíduo”, “sujeito das leis universais que modernizam a sociedade”, à “pessoa”, “sujeito das relações sociais”¹⁵, restando a “malandragem” e o “jeitinho” como caminhos do meio para fazer com que, na prática, os dois cheguem a um duvidoso acordo.

A tradição liberal apela a esse conceito do indivíduo e à impessoalidade como princípios imprescindíveis para o funcionamento das instituições e diretrizes que procura construir. A cultura política brasileira, por acentuar essa tônica excessivamente “relacional”, oferecia obstáculos adicionais a esse intento, estimulando o fortalecimento de lealdades estritamente pessoais e personalistas, acima das regras estritas e dos programas e visões de mundo, mesmo na política. Dessas fontes, que pesam em nossa formação desde recuados séculos, proviria o infante rebelde, a poderosa tradição de fundo antiliberal do Brasil, com a qual nossa também respeitável tradição liberal vem se digladiando.

Se esse antiliberalismo é poderoso e representa um legado constante em nossa trajetória, os liberais brasileiros jamais desistiram de tentar desafiá-lo. O tutor que verdadeiramente ama e respeita o infante jamais o considera como caso perdido. Fracassará sempre, porém, se insistir em erros que partem do mesmo ponto: não procurar conhecê-lo mais

¹⁴ DAMATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1986, p. 80.

¹⁵ Idem, p. 84.

profundamente antes de, aplicando as técnicas mais perspicazes da pedagogia, procurar orientá-lo nas melhores direções, fazê-lo entender a própria força e o poder da liberdade e da espontaneidade. Pior: fracassará se inocentemente aceitar as chantagens e travessuras do educando sem sequer perceber.

As esquerdas são facilmente identificáveis. Sabemos e sempre sabemos onde elas estão e quem elas são. Nem sempre se dá o mesmo com as demais formas de antiliberalismo, que rechaçam qualquer identificação com a esquerda, mas, ao mesmo tempo, enxergam paradoxalmente no liberalismo a sua antessala. Os principais intelectuais e ativistas que poderiam ser considerados parte integrante da chamada “Nova Direita” reconhecem que o liberalismo e o conservadorismo, unidos ou separados, são suas matrizes teóricas. Vivem a citar Edmund Burke (1729–1797), estadista irlandês considerado marco do conservadorismo político moderno e especificamente britânico, até liberais austríacos como Friedrich Hayek (1899–1992).

O discurso antiliberal, entretanto, não os privou de infiltrar-se em seu meio — assim como os liberais republicanos que participaram da edificação do regime inaugurado com o golpe militar de 1889 tiveram que conviver com diferentes formas de autoritarismo, algumas das quais contaminaram suas próprias percepções quanto a elementos relevantes do sistema representativo; assim como as alas mais propriamente liberal-democráticas que se aglutinaram em torno do processo revolucionário de 1930 tiveram que aceitar a presença de forças autoritárias e antiliberais que estabeleceram a tirania varguista; assim como os liberais que desejavam derrotar os herdeiros de Vargas e pôr fim ao caos do governo de João Goulart (1919–1976), depois da frustração de terem ajudado a eleger Jânio Quadros (1917–1992) apenas para vê-lo tentar um golpe para concentrar poderes e renunciar da forma mais deplorável possível, sustentaram a ruptura de 1964 e tiveram que se dobrar ao avanço do autoritarismo do regime militar, particularmente da chamada “linha dura”. O filme se repete e o antiliberalismo se infiltrou no seio da “Nova Direita” — ou do que hoje resulta de seu surgimento, entre os anos 2000 e 2010. Discursos mofados dignos de autoritários da década de 30 voltaram a ser proferidos. Ideias vistas como conservadoras, mas que fariam Carlos Lacerda, Edmund Burke e os estadistas conservadores da monarquia

corarem, são desfraldadas como bandeiras da “verdadeira direita” contra as críticas perfeitamente razoáveis da sensatez.

O trabalho não pode ser perdido e não o será se aprendermos todos a identificá-los devidamente. O professor Antonio Paim não concordou com Raymundo Faoro em seu receio de que o antiliberalismo não possa jamais ser, em medida significativa, contornado. Em seu livro *A Querela do Estatismo* (1994), o professor afirmou que Faoro subestimou amplamente o papel do Marquês de Pombal (1699–1782) na introdução do viés “modernizador” e “protocientificista” do Estado patrimonial como elemento de sua perpetuação e remodelação para as gerações posteriores. Essa subestimação pode levar a uma crença determinista de gênero distinto da estabelecida pelos marxistas, no sentido de se acreditar que, por arraigadas e poderosas que sejam as teias culturais do patrimonialismo e do consequente estatismo no Brasil, seria algo como uma lei natural inescapável permanecermos atados a elas. Outro problema, que Paim também aponta, é certa má vontade com o esforço liberal-representativo de construção do sistema político no Império, particularmente durante o Segundo Reinado, de que Faoro faz ressaltar as deficiências, sem perceber que seu caráter aristocrático não era exatamente uma exceção em sua época.

Ao final deste livro, procuraremos retomar o receituário sugerido por Antonio Paim para derrotar o adversário que nos assola. Nestas palavras introdutórias, porém, cumpre esclarecer que, sem sombra de dúvidas, nesse receituário constará a necessidade de saber mais sobre o cenário sobre o qual haveremos de trabalhar. Esboçamos aqui algumas explicações sociológicas e culturais para o substrato cultural antiliberal do Brasil. No entanto, os argumentos usados por muitos atores sociais, consciente ou inconscientemente, justificando a permanência ou mesmo a revitalização desse substrato, são todos reciclagens mais ou menos fiéis de diversas elaborações doutrinárias que se desenvolveram na cultura política brasileira. Nossa meta neste trabalho não é, de modo algum, esgotar as explicações para a energia de que essa tradição se reveste, mas oferecer uma visão panorâmica e de teor quase enciclopédico das diferentes doutrinas políticas antiliberais — que não se identificam formalmente com a esquerda tal como classicamente esta última se define — que marcaram a paisagem do infante rebelde ao longo de sua história como nação independente.

Este livro é francamente um manifesto profilático e um protesto de definição. Cabe aos liberais conservadores expurgar de seu seio o veneno que os corrompe e deforma. Cabe a nós assumir o papel do tutor e conduzir bem a criança, em vez de ceder aos seus piores chiliques, ao mesmo tempo que respeitamos sua individualidade e seus potenciais, em vez de sonhar que tivesse outra identidade.

Nosso projeto é aproximar ao máximo possível o Brasil da ordem e da solidez institucional, disseminar os bons valores sem violar as liberdades fundamentais e aperfeiçoar o sistema representativo. Nossos inimigos são todos aqueles que a isso se opõem, não importa que se proclamem representantes da esquerda ou da direita. Este livro procura oferecer uma introdução ao conhecimento de alguns deles, para que não nos deixemos iludir, não mais tenhamos escusas para não rechaçar as falsas ofertas de parceria que nos fazem e, quem sabe, nos disponhamos a encontrar mais pistas sobre o caminho que nos resta seguir. Quanto antes aprofundarmos nossos conhecimentos sobre a brasilidade e soubermos apontar o dedo para as raízes das ideias dos que nos seduzem, tiranizam e sabotam, mais brevemente seremos capazes de cessar de perder oportunidades e consolidar a nossa mensagem.

Amostra

1

TRADICIONALISMO

1.1 O problema da “civilização ocidental”

Em comum, os antiliberalismos doutrinários exibem sua condenação às instituições e valores preconizados pelo liberalismo, tais como o constitucionalismo, o Estado de Direito e o sistema representativo parlamentar. Contudo, são diversificadas as fundamentações que empregam para justificar essa declaração de aversão.

Algumas variantes do antiliberalismo doutrinário alegam basicamente que as instituições liberais são dispersivas, flexibilizando os espíritos e enfraquecendo a coesão da comunidade política além do desejado. Sua preocupação seria quase exclusivamente com a ordem, que, em seu entendimento, estaria ameaçada pelo liberalismo. Tais antiliberais são incapazes de compreender aquilo que os fundadores do Instituto Liberal no Rio de Janeiro, em especial Og Leme (1922–2004) e Donald Stewart Jr. (1931–1999), chamavam de “ordem liberal”. Liberalismo seria o oposto de “ordem” ou, no mínimo, a ordem por ele proposta seria insuficiente e ilusória.

Outras variantes, entretanto, acrescentam um apelo à tradição, significando aí precisamente o valor conferido àquilo que é antigo. Não seria apenas a ordem social e política que estaria ameaçada pelo liberalismo, mas também, muito além disso, uma ordem espiritual, que estaria por trás das demais desde épocas bastante remotas. O liberalismo seria uma

encarnação da revolta da modernidade contra essa ordem espiritual, representando, com isso, uma verdadeira insubmissão em relação à vontade de Deus. Em geral, especialmente no caso brasileiro, essa ordem espiritual seria regida pelos ditames do catolicismo, a religião predominante no país e o credo de nossos fundadores portugueses. O que se observa no discurso desses grupos antiliberais até hoje é que o principal móvel de seus pontos de vista é o espírito de religião como algo a ser intrinsecamente associado à ordem política, como se fosse impossível coexistir em paz com os adeptos de outras religiões ou cosmovisões em uma sociedade regida por uma ordem liberal. Desejam a mais absoluta homogeneidade em matéria de fé e se comprazeriam em impor restrições mais ou menos draconianas às demonstrações públicas de outras correntes de espiritualidade.

O pensador católico Fulton Sheen (1895–1979) reconhecia na expressão “civilização ocidental”, comumente empregada por conservadores anglo-saxões e liberais como Friedrich Hayek, em sua acepção positiva, um pacote virtuoso que pode ser definido como “um sinônimo de civilização cristã, tendo como características a preservação dos direitos humanos como dádiva inalienável de Deus, o valor e dignidade da pessoa humana precisamente porque ela é feita à imagem e semelhança da Divindade; a afirmação da liberdade, isto é, do livre-arbítrio como um derivado do seu Espírito e só inteligível dentro da lei e não fora dela e, finalmente, o uso sacramental da criação, ajudada pela graça redentora, para atingir a gloriosa ‘liberdade dos filhos de Deus’”¹⁶. Isso quer dizer que Fulton Sheen, ele próprio um sacerdote, reconhecia na religião cristã uma das raízes dos valores de caráter universalista que impregnaram a cultura ocidental considerada pelo antropólogo Lévi-Strauss (1908–2009) como aquela de maior capacidade “cumulativa”, capaz de amearhar as maiores qualidades das demais culturas com que trava contato.

Sheen defendia a importância de um substrato moral a alimentar as relações sociais. Os principais pensadores liberais construíram grandes sistemas éticos. Adam Smith (1723–1790) concebeu sua célebre *Teoria dos Sentimentos Morais*, procurando alicerçar os nossos juízos morais no critério da simpatia, como reflexo do julgamento que fizemos

¹⁶ BERLANZA, Lucas. *Lacerda: A virtude da polêmica*. LVM Editora, 2019, p. 113.

anteriormente acerca do comportamento alheio, e reconhecendo que todos os demais aspectos da existência humana em sociedade, a exemplo da tão falada economia, dependem em larga medida dos sentimentos morais. Immanuel Kant (1724–1804) também construiu a sua ética do dever, sem contestar a moralidade cristã, sob a égide dos princípios de dignidade humana hauridos na civilização ocidental — repita-se, com Fulton Sheen, a civilização cristã. Ambos, para nos restringirmos a alguns exemplos, são modelos autenticamente liberais.

Provém de Hayek, entretanto, em seu seminal *O Caminho da Servidão*, uma das mais sintéticas e perfeitas apresentações da compatibilidade — talvez mais do que isso, da relação essencial de consequência — entre a admissão dos méritos do conceito de civilização ocidental, haurida da combinação de fontes cristãs com elementos da filosofia grega e do Direito romano, e o liberalismo: “A tendência moderna ao socialismo não implica apenas um rompimento definitivo com o passado recente, mas com toda a evolução da civilização ocidental, e isso se torna claro quando o consideramos não só em relação ao século XIX, mas numa perspectiva histórica mais ampla. Estamos rapidamente abandonando não só as ideias de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, ou mesmo de Locke e Milton, mas também uma das características mais importantes da civilização ocidental que evoluiu a partir dos fundamentos lançados pelo cristianismo e pelos gregos e romanos. Renunciamos progressivamente não só ao liberalismo dos séculos XVIII e XIX, mas ao individualismo essencial que herdamos de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides. O líder nazista que definiu a revolução nacional-socialista como uma contra-Renascença estava mais próximo da verdade do que provavelmente imaginava. Ela representou a etapa final da destruição da civilização construída pelo homem moderno a partir da Renascença e que era, acima de tudo, uma civilização individualista. (...) Podemos dizer que o individualismo, que, a partir de elementos fornecidos pelo cristianismo e pela filosofia da Antiguidade clássica, pôde desenvolver-se pela primeira vez em sua forma plena durante a Renascença e desde então evoluiu e penetrou na chamada civilização ocidental, tem como características essenciais o respeito pelo indivíduo como ser humano, isto é, o reconhecimento da supremacia de suas preferências e opiniões na esfera

individual, por mais limitada que esta possa ser, e a convicção de que é desejável que os indivíduos desenvolvam dotes e inclinações pessoais”¹⁷.

Com exceções minoritárias, os principais pensadores liberais não revogam o elo das ideias políticas contemporâneas com as ideias antigas, tampouco rechaçam a gênese cristã dos fundamentos dessas ideias. Eles consideram as elaborações realizadas pelo liberalismo desde os séculos XVII e XVIII uma espécie de culminância das elaborações teóricas e institucionais que advêm da Antiguidade. Tal como para Lévi-Strauss a civilização ocidental é uma civilização cumulativa, o liberalismo seria o resultado de séculos de gestação de seus pilares no caldo cultural do Ocidente, em especial no cristianismo.

Não há que dizer, portanto, que os liberais repudiem e profanem o antigo legado da civilização. Consideramos apenas que o estamos glorificando, realçando e consolidando alguns de seus melhores afluentes. Os antiliberais em questão, ao contrário, em nome de um fetiche por ver o simbolismo religioso amplamente acatado pela ordem política, sacrificam o que esse legado tem de melhor, aviltando a dignidade humana que a herança cristã exaltou, transformando os demais integrantes da comunidade política em instrumentos para seu desejo afoito e intransigente de ver todos adotarem, mesmo que à força e mecanicamente, seus dogmas de fé.

Tais correntes antiliberais são comumente designadas “tradicionalistas”. Como é típico, a expressão é vítima do mal da polissemia. Alguns autores que valorizam a tradição, o legado da Antiguidade como uma espécie de gramática a unir e orientar os seres humanos, uma concentração histórica de ferramentas culturais e instituições que provaram seu valor ao longo do teste do tempo e com que é preciso dialogar para promover as mudanças que se mostram necessárias, também são tratados como “tradicionalistas”, a exemplo do conservador americano Russell Kirk (1918–1994), que, aliás, aprecia as considerações de Hayek. “Esticando a corda” semântica, a julgar pelas ponderações que apreciamos anteriormente, até Hayek e liberais com sua concepção de que o liberalismo é uma consequência da tradição ocidental poderiam ser considerados tradicionalistas.

¹⁷ HAYEK, Friedrich. *O Caminho da Servidão*. Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 39.

Não é essa acepção algo elástica que estamos empregando. Os tradicionalistas de quem falamos são necessariamente grupos políticos antiliberais, para os quais, longe de seguir o que deveria ser o curso normal das melhores ideias da Antiguidade ao longo da história, os liberais destruíram o prestígio e a glória da Santa Igreja. Como não compartilhamos tal tese estapafúrdia e julgamos perfeitamente possível dar à tradição o seu voto — sem que, por isso apenas, ela detenha também o veto, parafraseando Mordecai Kaplan (1881–1983) —, precisamos nos apoiar nos ombros de gigantes para seguir em frente. Nesse sentido, entre os liberais que Antonio Paim elenca como destaques do liberalismo das últimas décadas, o professor Ubiratan Borges de Macedo (1937–2007) foi aquele que, em seu clássico *Liberalismo e Justiça Social*, mais judiciosamente se concentrou nas correntes que poderíamos englobar na categoria de tradicionalistas. A respeito delas, construiu o resumo mais bem acabado e abrangente, não havendo razão para não seguirmos diretamente seus mesmos passos nesta reconstrução de seu raciocínio.

1.2 O conceito e o fortalecimento do tradicionalismo no período republicano

Façamos então uma revisão do que resume o professor Ubiratan em seu trabalho. Baseando-se no sociólogo judeu Karl Mannheim (1893–1947), nosso autor restringe o sentido de tradicionalismo “à tendência de aderir ao passado e ao medo da inovação”¹⁸. Ubiratan menciona a obra do contrarrevolucionário francês Joseph de Maistre (1753–1821), ícone daquilo que o liberal brasileiro identifica como sendo a primeira geração dos tradicionalistas políticos, a quem autores como o português João Pereira Coutinho (n. 1976) chamariam de “reacionários”. Se os revolucionários franceses enxergavam na Revolução o alvorecer de uma nova era para a humanidade, inaugurada sob a égide de suas mentes iluminadas, os reacionários tradicionalistas como De Maistre nela viam o fim da idade de ouro, a decadência definitiva, que somente uma ordem religiosa autoritária poderia impedir. Se, para os campos progressistas, a modernidade é

¹⁸ MACEDO, Ubiratan Borges de. *Liberalismo e Justiça Social*. IBRASA, 1995, p. 227.